



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

247
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 2008-CN

Aprova o Relatório e as Contas Tribunal de Contas da União,
relativas ao Exercício de 2004.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam aprovadas o Relatório de Atividades e as contas, relativas ao exercício de 2004, do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 71, § 4º da Constituição Federal

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 08 de outubro de 2008.


Deputado MENDES RIBEIRO FILHO
Presidente


Senador GIM ARGELLO
Relator





CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS
E FISCALIZAÇÃO

PARECER Nº 60, DE 2008

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 11/2005-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000, - Lei de Responsabilidade Fiscal, a prestação de contas do Tribunal de Contas da União- TCU, composta pelo relatório de gestão, bem como relatórios descritivos e sintéticos dos programas e ações desenvolvidos ao longo do exercício de 2004, em consonância com as propostas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual".

Relator: Senador GIM ARGELO

1. APRECIACÃO

1.1. Introdução

O Tribunal de Contas da União (TCU) remeteu ao Congresso Nacional, em 10 de abril de 2005, as Contas concernentes ao exercício de 2004, em cumprimento ao art. 71, § 4º, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988 – CF/1988.

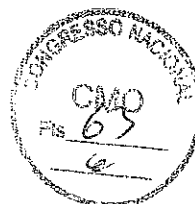
1.2. Análise do Tema

A CF/1988, art. 71, § 4º, efetivamente determina que o TCU encaminhe ao Congresso Nacional, **trimestral e anualmente**, relatório de suas atividades. Mas a Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União – LOTCU), regulamenta a disposição constitucional da seguinte maneira:

"Art. 90. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas da União será exercida pelo Congresso Nacional, na forma definida no seu regimento comum.

§ 1º O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

§ 2º No relatório anual, o Tribunal apresentará análise da evolução dos custos de controle e de sua eficiência, eficácia e economicidade." (sem negrito no original)



64



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

O art 56 da Lei Complementar nº 101/00 determina que comporão as Contas apresentadas pelo Presidente da República e as contas dos demais chefes de Poderes e Ministério Público.

Por sua vez, o § 2º daquele artigo determina que as contas dos Tribunais de Contas terão pareceres emitidos pela Comissão Mista permanente referida no § 1º do art. 166 da Constituição Federal ou equivalentes nas Casas Legislativas estaduais e municipais. Evidencia-se, portanto, a competência desta Comissão para pronunciar-se acerca da matéria em tela.

Cumprе ressaltar que nos autos da Adin nº. 2238, impetrada pelo Partido dos Trabalhadores, Partido Comunista do Brasil e Partido Socialista Brasileiro, o Supremo Tribunal Federal, na assentada de 08/08/2007, concedeu medida cautelar suspendendo a eficácia do caput do art. 56 e 57 da Lei Complementar nº 101/00 que fundamentava o julgamento das contas dos demais Poderes e Órgãos, que não o Poder Executivo.

O art 58 da LC 101/00 determina que as prestações de contas devem evidenciar o desempenho na arrecadação, as medidas para combater a sonegação e ações de recuperação de créditos.

Na falta de disposições emanadas do Congresso Nacional, acerca da forma e do conteúdo dos relatórios trimestrais e anuais encaminhados pelo TCU, o Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, vem disciplinando a matéria:

Art. 293. O Tribunal de Contas da União encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

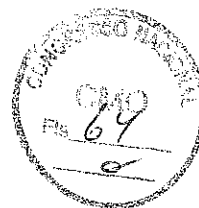
§ 1º Os relatórios trimestrais e anuais serão encaminhados pelo Tribunal ao Congresso Nacional nos prazos de até sessenta dias e de até noventa dias, respectivamente, após o vencimento dos períodos correspondentes.

§ 2º Os relatórios conterão, além de outros elementos, a resenha das atividades específicas no tocante ao julgamento de contas e à apreciação de processos de fiscalização a cargo do Tribunal.

1.3- Análise do Relatório

Os limites temporais foram observados pelo TCU, observados os prazos legais e constitucionais estabelecidos para o encaminhamento das Contas pelo TCU.

No plano material, os seguintes pontos sintetizam os principais resultados obtidos pelo TCU no exercício de 2004, sem prejuízo de outras atividades desenvolvidas pelo Tribunal:



ky
7



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

- a) Foram apreciados 6.837 processos, contra a autuação de 5.904, representando uma redução real do estoque de processos;
- b) Apreciação de 53.105 atos de pessoal sujeitos a registro, sendo 4.932 julgados irregulares;
- c) Aplicação de R\$ 384.239.593,07 em penalidades aplicadas em contas e auditorias realizadas, o que afetam 7% dos processos analisados;
- d) Remessa de 739 processos ao Ministério público da União;
- e) Realização de 1029 procedimentos de fiscalização;
- f) Avaliação de 9 Programas de Governo;
- g) Implementação de 47 medidas cautelares
- h) Apreciação de 110 processos de interesse do Congresso Nacional e apoio a 30 Comissões Parlamentares;
- i) Conquista do Prêmio Nacional de Gestão Pública;
- j) Foram promovidos 169 eventos de treinamento e oferecidas 5.517 vagas para servidores do TCU e da Administração Pública
- k) O Ministério Público junto ao TCU encaminhou 1.948 processos para cobrança executiva para a Advocacia Geral da União, perfazendo um montante de R\$ 1.010.896.221,25.

Cumprir destacar que não existem informações sobre o montante efetivamente recuperado por meio das Decisões exaradas pelo TCU.

O TCU durante o exercício executou despesas no montante de R\$ 643.138.878,66, sendo R\$ 12.138.878,66 de despesas de capital, R\$ 311.563.773,00 de despesas de pagamento de pessoal ativo e R\$ 242.132.025 de despesas com inativos e pensionistas.

As Contas do Presidente da República e dos demais Chefes de Poder do Exercício de 2004 estão sendo apreciados em Parecer próprio.





CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS
E FISCALIZAÇÃO

1.4- Dos Limites Estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal

A Portaria nº. 53/2005-TCU aprovou o Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2004 e traz a comprovação dos cumprimentos dos limites de despesa de pessoal e Restos a Pagar, conforme determina a LC nº. 101/00.

2. VOTO

Ante o exposto, votamos pelo conhecimento das contas concernentes ao exercício de 2004, em cumprimento ao art. 166, § 1º, c/c o § 4º do art 71, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988.

Há de se considerar, no entanto, que nos autos da Adin nº. 2238, impetrada pelo Partido dos Trabalhadores, Partido Comunista do Brasil e Partido Socialista Brasileiro, o Supremo Tribunal Federal, na assentada de 08/08/2007, concedeu medida cautelar suspendendo a eficácia do caput do art. 56 e 57 da Lei Complementar nº 101/00. Porém, no caso em tela, o Tribunal de Contas da União, como auxiliar do Congresso Nacional, deve apresentar os seus relatórios sobre suas atividades administrativas e de controle externo que atestam o total cumprimento dos quesitos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, opinamos que a Comissão emita parecer pelo conhecimento e aprovação dos relatórios de gestão e contas dos gestores do Tribunal de Contas da União, nos termos do projeto de decreto legislativo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2008.


Senador GIMARGELO

Relator





CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS
E FISCALIZAÇÃO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Aprova o Relatório e as Contas Tribunal
de Contas da União, relativas ao
Exercício de 2004.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art.1º Ficam aprovadas o Relatório de Atividades e as contas,
relativas ao exercício de 2004, do Tribunal de Contas da União, nos
termos do art 71, § 4º da Constituição Federal

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala da Comissão, em de de 2008.


Senador GIM ARGELO

Relator

